



A CATEGORIA GRAMATICAL VERBO E QUESTÕES NORMATIVAS QUE ENVOLVEM O PORTUGUÊS BRASILEIRO

THE GRAMMATICAL VERB CATEGORY AND NORMATIVE ISSUES
INVOLVING BRAZILIAN PORTUGUESE

Sheila Fabiana de Pontes Casado¹
Edmilson Luiz Rafael²

Resumo: A presente investigação resultante de uma pesquisa de Mestrado³ está situada no campo da Linguística Aplicada (LA) por debater a categoria linguístico-gramatical verbo no contexto de ensino, bem como no contexto dialógico. Debateremos aqui as limitações dos aspectos normativos que envolvem a categoria gramatical verbo no Português Brasileiro especificamente no que diz respeito à conceitualização do verbo em coexistência de seu pragmatismo (AZEREDO, 2015; FERRAREZI JUNIOR, 2014; VIEIRA, 2018). O que observamos é que há definições normativas atribuídas ao verbo que, necessariamente, precisam ser repensadas devido à idiosincrasia exercida pela categoria verbo e que a Gramática tradicional (GT) não dar conta quando ela assume proporções linguísticas aplicadas.

Palavras-chave: Linguística Aplicada; Categoria verbo; Português Brasileiro.

Abstract: The present investigation resulting from a master's research is located in the field of Applied Linguistics (LA) for debating the linguistic-grammatical category in the context of teaching, as well as in the dialogic context. We discuss here the limitations of the normative aspects involving the grammatical category verb in Brazilian Portuguese specifically with regard to the conceptualization of the verb in coexistence of its pragmatism (AZEREDO, 2015; FERRAREZI JUNIOR, 2014; VIEIRA, 2018). What we observe is that there are normative definitions attributed to the verb that, necessarily, need to be rethought due to the idiosyncrasy exercised by the verb category and that the traditional Grammar (GT) does not cope when it assumes applied linguistic proportions.

Keywords: Applied Linguistics; Verb category; Brazilian Portuguese.

INTRODUÇÃO

Para contextualização da análise apresentada nesse artigo situamos a categoria verbo na produção linguística humana. Logo, faz-se necessário assentar sua compreensão em torno das definições e funções assumidas pela categoria.

¹Graduada em Pedagogia pela UEPB, Psicopedagoga Institucional, Mestra em Linguagem e Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG e atua como professora polivalente efetiva da rede pública, lotada nas secretarias municipais de educação de Barra de Santa Rosa e Damião – PB, Sheilacasado29@hotmail.com

² Graduação em Licenciatura Plena Em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1989), mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1993) e doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2001).

³ Neste artigo, apresentamos os resultados finais da pesquisa de Mestrado intitulada Perspectivas paradigmáticas e contribuições metodológicas no ensino de verbo nos anos iniciais do nível fundamental, concluída (2019) no programa de pós-graduação em linguagem e ensino, da Universidade Federal de Campina Grande – PB.



À vista disso, é preciso levar em consideração que por se tratar de uma investigação tanto de natureza teórica quanto Aplicada da língua levamos em consideração dois pontos de vista, a saber: a conceptualização da categoria gramatical verbo posta pela GT bem como, a funcionalidade do verbo a partir do conceito atribuído.

Essa reflexão acerca da categoria verbo enquanto palavra que designa ação, estado ou fenômeno natural, (CEGALLA, 2008), apresentado nos livros didáticos e manuais de gramática demonstra um acerta fragilidade conceitual quando considerados os fenômenos linguísticos aplicados/comportamento estrutural que excede as designações postas pela GT.

Dessa forma, Franchi (2006, p. 52) afirma que o problema do ensino tradicional de gramática “não está no interesse teórico da tradição. Está na repetição inconsciente de fórmulas [...] Está na falta de reflexão sobre o que realmente se está fazendo, quando fazemos gramática do modo que fazemos”. O autor nos leva a refletir acerca do ensino de gramática baseado na transmissão de conceitos sem que haja uma reflexão entorno da língua e suas dimensões históricas, cultural, temporais, dentre outros aspectos.

Neste quadro, explorarmos o contexto investigado por meio de pesquisa bibliográfica (GIL, 2008) de modo que pudéssemos confrontar ideias e percebêssemos a necessidade de repensar conceitos e compreender a ponte linguística com a funcionalidade (CUNHA E CINTRA, 2006[1984]); CEGALLA (2008); BECHARA (2009); FERRAREZI JUNIOR (2014); FREITAS E SOUSA (2014); AZEREDO (2015); VITRAL (2017); VIEIRA (2018).

Nesta fase da pesquisa nos propomos a conhecer sob que perspectiva conceitual a categoria verbo é apresentada pela GT bem como, se tal entendimento dá conta da língua em uso. Para tanto, somos norteados pelo objetivo de: i) Identificar os contrastes teórico-práticos entre a conceptualização da categoria verbo para a GT e usos linguísticos. Para atingirmos o objetivo supracitado foi necessário realizar uma revisão bibliográfica, uma técnica que nos permitiu compreender as limitações do olhar purista de língua assim como, os limites postos pela conceptualização da categoria que pode, quando analisada em situações usuais da língua, não corresponder exatamente às regularidades limitadas pela GT.

A CATEGORIA VERBO: CONCEITOS

Apresentamos⁴, neste ponto, uma exposição de considerações teóricas sobre a categoria gramatical verbo. Para isso, buscamos apoio em revisão de estudos gramaticais (CUNHA E CINTRA, 2006[1984]); CEGALLA (2008); BECHARA (2009) e estudos linguísticos como Freitas e Sousa (2014), Azeredo (2015), Vitral (2017) dentre outros, para mostrar que a definição nocional de verbo posta pela GT não dá conta dos papéis assumidos por ela. Observemos as noções de conceituados gramáticos acerca do verbo. Para Cunha e Cintra, o verbo:

⁴ O texto apresentado nessa seção e na que segue é um recorte integral do documento base da dissertação intitulada: Perspectivas paradigmáticas e contribuições metodológicas no ensino de verbo nos anos iniciais do nível fundamental, notificada acima.



[...] é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo. Na oração exerce a função obrigatória de predicado [...] o verbo apresenta as variações de NÚMERO, de PESSOA, de MODO, de TEMPO, de ASPECTO e de VOZ (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 263).

Percebemos, inicialmente, que a noção de verbo apresentada pelos autores se estrutura no ponto de vista morfológico, pois busca nas palavras o reconhecimento das marcas flexionais de pessoalidade (1a, 2a e 3a singular/plural), temporalidade (presente, pretérito e futuro) e de modo (indicativo, subjuntivo e imperativo). Em termos sintáticos, situam a função do verbo como o predicado das orações.

Segundo Bechara, entende-se por verbo:

[...] a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical [...] Geralmente as formas verbais indicam as três pessoas do discurso, para o singular e o plural [...] Conjugação um verbo – É dizê-lo, de acordo com um sistema determinado, um paradigma, em todas as suas formas nas diversas pessoas, números, tempos, modos e vozes. Em português temos três conjugações caracterizadas pela vogal temática: 1.a conjugação – vogal temática a: amar, falar, tirar. 2.a conjugação – vogal temática e: temer, vender, varrer. 3.a conjugação – vogal temática i: partir, ferir, servir (BECHARA, 2009, p. 173-186).

O autor segue a noção formal de conceituação do verbo, porém, mais centrado nos aspectos mórficos e sintáticos. Nas palavras de Bechara (2009), verbo é uma unidade gramatical ordenada por modelos de flexão, de modo que dominar essas formas é sinônimo de saber verbo.

Conforme apresentado, a GT delimita fronteiras bem pontuais quanto à categorização do verbo e corroborando as ideias apresentadas, Borges Neto (2012) afirma que, além disso, a GT estabelece sua unidade de análise (palavra) e é nesse contexto que se insere a gramática normativa como o modelo de padronização da língua no qual obedecer a esses pressupostos é imprescindível para sua autenticidade dentro desse quadro teórico.

É preciso aludir à definição de verbo que orienta as gramáticas escolares (usualmente, o único referencial em sala de aula), segundo a qual, de modo geral, o verbo é uma palavra que exprime ação, estado ou fenômeno (CEGALLA, 2008). Para Freitas e Sousa (2014), esta é uma visão inapropriada por considerar que existem situações em que as palavras podem representar ações e não exercerem essa função sintática, bem como casos opostos. Logo, cabe-nos refletir acerca da noção de verbo posta pela GT em direção às suas insuficiências.

Primeiramente, é preciso assumir a distinção entre língua falada e escrita, pois estamos falando da mesma língua em contextos e graus de formalidade distintos. Assim, o uso que fazemos da língua (emprego dos verbos, referência pessoal) pode sofrer variações, e sofrem, devido às diferentes possibilidades que a língua (e os modos de falar de cada grupo social) nos oferece para comunicar, passando, assim, a existir diferentes falares. Mas tais estilos não tornam um uso mais correto que outro, o que há são situações



e contextos (oral e escrita/formal e informal) em que nos manifestamos verbalmente. À vista disso, Bagno (2011) advoga que seria mais apropriado definir os verbos tanto em suas propriedades sintáticas, semânticas quanto pragmáticas.

Para Azeredo (2015), o verbo é uma palavra capaz de representar as ações sofridas e praticadas. Noutras palavras, considerando as características de ordem prática, o verbo serve para falar de algo/algum ou dizer que. Quanto às noções de tempo, aspecto inerente ao verbo, o autor alerta à visão dos velhos gramáticos em vista de não continuarmos repetindo os mesmos erros com relação ao paralelismo entre formas linguísticas e momento da fala.

No entanto, o ensino de português, de modo particular nos referimos ao verbo, é orientado pelos preceitos do PTG (VIEIRA, 2018), que em seu quadro teórico não estabelecem critérios nocionais coerentes a toda abrangência da categoria. Abrimos um parêntese aqui para tecer uma observação a respeito das bases teóricas da GT e dizer que este é o modelo de análise que orienta as gramáticas e os livros didáticos que chegam às nossas escolas. Entretanto, é notório perceber na atualidade princípios de ordem emergente, em referência estrita à unidade de análise que se amplia, que deixa a caracterização da palavra na oração e toma como objeto de investigação o estudo do texto em seu quadro teórico-metodológico. Este amálgama desencadeou, basicamente, duas condições essenciais à atividade de ensino de língua/gramática.

A primeira, que os gêneros textuais devem ser o instrumento para análise, e a outra, que o ensino de gramática deve ser pensado a partir dos usos sociais da língua em direção ao processo de retextualização e sistematização das regularidades estruturais (FREITAS; SOUSA, 2014).

A partir de Freitas e Sousa (2014) e Vitral (2017), destacamos que a atribuição da escola é viabilizar condições que possibilitem aos alunos fazerem uso da norma padrão e a sugestão é que as estratégias sejam apoiadas em gêneros que fazem parte das experiências sociais de uso da língua pelos alunos. E como se sabe, os usos que fazemos da língua não seguem um padrão purista de língua, mas sofre influência de seu tempo e das formas alternativas que dispomos para comunicar, seja de forma oral, seja por escrito. Assim, consideramos, segundo Travaglia (2009), que o objetivo do ensino de língua é prioritariamente potencializar a competência dialógica dos usuários. Por este ângulo, seria simplista pensar a categoria verbo apenas em termos estruturais, mas isso não quer dizer que os aspectos estruturais sejam suprimidos, apenas se tornam ponto de chegada, não de aproximação.

Para concluir nossas considerações, fazemos uma síntese dos conceitos que melhor tratam desses problemas que envolvem o verbo. Do ponto de vista morfológico, Ferrarezi Junior (2014) afirma que a flexão temporal é a que melhor configura a categoria verbo. Em termos sintáticos, é preciso exceder o padrão de verbo dentro do quadro teórico da GT e olhar para o papel exercido pela categoria nas condições de uso, e o verbo (de modo particular), semanticamente, é uma palavra capaz de dar conta discursivamente do dizer com quem se fala, a respeito de, quando e o que se faz. Assim, seria mais proveitoso se fosse considerado além dos aspectos teóricos problemáticos citados acima.

Por fim, é incontestável a centralidade do verbo para a produção enunciativa e esse reconhecimento se faz presente em todo percurso dos estudos das classes de palavras,



desde a mais antiga das gramáticas produzidas, a exemplo da *Tékhné Grammatiké*, de Dionísio Trácio – base teórica da gramática (BORGES NETO, 2008, 2012; VIEIRA, 2018), até as gramáticas dos dias atuais, como um marcador linguístico de temporalidade, pessoalidade, diferentes flexões, vozes etc., além de ser uma categoria basilar para as atividades linguísticas de produção enunciativa. Portanto, pelas razões apresentadas, justifica-se a manutenção da categoria verbo como objeto a ser ensinado nos anos iniciais do EF.

Na subseção que segue, trataremos de algumas questões normativas que envolvem a categoria verbo no contexto do português brasileiro (doravante PB).

QUESTÕES NORMATIVAS ENVOLVENDO A CATEGORIA VERBO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Conforme apresentado, o verbo é uma palavra que possui características nocionais próprias e que há definições atribuídas à categoria que merecem ser repensadas devido aos comportamentos gramaticais exercidos pelo verbo e que as bases teóricas da GT (quadro teórico que as instituíram) não dão conta dos usos linguísticos.

Em linhas gerais, o verbo como parte do discurso, fechado nos limites que lhes foram postos se mantém preservado nas gramáticas escolares e livros didáticos atuais, tal como foi instituído no século I a.C dentro dos referenciais de tempo, modo, número e pessoa. Para nós, professores contemporâneos, também não poderia ser de outro modo, pois essas são marcas próprias do verbo e não foram encontrados outros traços alternativos que o considere em outras propriedades, daí a expressão continuidade do quadro teórico da GT posta por Borges Neto (2012). Entretanto, é preciso considerar alguns problemas conceituais que envolvem os aspectos ensinados na escola em contraponto com os usos sociais da língua. É sobre essas questões que discutiremos nesse segmento.

À vista disso, Freitas e Sousa (2014) tratam da questão conceitual que envolve a categoria verbo e afirmam que uma palavra pode expressar ação e não exercer morfologicamente essa função; Ferrarezi Junior (2014) versa a respeito da categoria verbo de forma ampla e analisa a relação entre as pessoas do discurso postas pela tradição, bem como sobre seus usos sociais no PB e apresenta as ambiguidades entre eles; e Azeredo (2015) discute as questões conceituais que envolvem os tempos do verbo e também aponta incompatibilidades nocionais. Esses autores atestam que as noções conceituais delimitadas pelo quadro teórico tradicional não dão conta dos falares do PB e, por isso, tomá-las como verdade absoluta ignorando os falares da sociedade pode incorrer em muitos enganos.

De fato, o que continua sendo ensinado nas aulas de gramática são as caracterizações morfossintáticas das palavras que suprimem os usos sociais da língua em detrimento do modelo de normatização da língua de prestígio, mas uma coisa é certa: não nos comunicamos através de palavras isoladamente, nós interagimos por meio de formatos mais amplos e que constituem sentidos completos – os textos (ANTUNES, 2003). A construção dos textos envolve a capacidade de combinar e fazer uso dos conhecimentos linguísticos que possuímos (gramática internalizada) e isso inclui as



variações e as inúmeras possibilidades que a língua nos oferece para comunicar. Essas são competências adquiridas pelo falante através da experiência com o falar de sua comunidade desde a infância em que, geralmente, esses saberes não fazem ponto de contato com o que é aprendido nas aulas de Português, até porque a escola possui uma língua a ser ensinada – o modelo gramatical de língua.

Nesse contexto de padronização da língua, as observações que seguem tratam de questões normativas que envolvem aspectos entre o que é falado em contraste ao que é ensinado nas aulas de verbo. Para tanto, exemplificaremos algumas formas usuais e as postas pela GT, bem como sobre a análise morfológica das palavras (substantivo-verbo).

As palavras podem exercer comportamentos gramaticais distintos e sua caracterização só será bem sucedida se considerarmos seu contexto de aplicação (FERRAREZI JUNIOR, 2014). Para melhor ilustrar, pensemos no exemplo: A luta foi perdida. Se analisarmos na oração, a palavra que possui a função de se referir a algo (luta) e situá-lo temporalmente é foi, mas se o que ensinamos a nossos alunos foi identificar numa frase a flexão de algumas palavras conforme um modelo terminativo, a palavra luta (que, na oração, é um substantivo= classe gramatical que dá nome aos seres) pode ser confundida e, provavelmente, será, com a flexão da 3ª pessoa do singular do verbo lutar no presente (Eu luto, Tu lutas, Ele luta). Essas são falsificações que buscamos evitar quando pensamos numa educação linguística que se sobrepõe às terminologias.

Outro ponto interessante diz respeito às questões normativas que envolvem a relação de pessoalidade, citaremos exemplos de referenciação às 1ª, 2ª e 3ª pessoas do discurso: Eu/Tu/Ele(a)/Nós/vós/Eles(as) delimitadas pela GT, bem como às formas alternativas empregadas no nosso falar para nos referir ao interlocutor. Referimo-nos, especificamente, à substituição do Tu (2ª pessoa do singular) por Você, Nós (1ª pessoa do plural), pelo A gente e Vós (2ª pessoa do plural) e pelo Vocês (FERRAREZI JUNIOR, 2014), típica do PB. A esse respeito, Bagno (2011) assegura que a categoria verbo nos força a investigar as pessoas do discurso, além de outras propriedades de funcionalidade que, por sua vez, respeitadas as condições de uso, recebem tratamento didático nulo.

A título de exemplo, se observarmos uma conversa entre duas pessoas será mais comum ouvirmos o termo Você (2ª pessoa singular PB) em substituição ao Tu (2ª pessoa singular tradicional). Exemplo: Você pode, eu não (falar brasileiro) em detrimento do Tu podes, eu não (padrão tradicional). É habitual no falar brasileiro encontrarmos situações em que se diz: A gente correu até a margem. Não estamos dizendo, com isso, que Nós corremos até a margem não seja falado. Da mesma forma que a expressão Vós perdeu seu lugar no falar cotidiano brasileiro para o Vocês, a forma pronominal Vós é mais comumente encontrada em textos históricos e, certamente, numa conversa informal, não ouviremos a expressão Vós sereis indicados, mas vocês serão indicados.

A função dessas discussões é mostrar que o verbo, assim como outras unidades morfológicas, é constituinte do nosso falar e, por isso, o ensino desses aspectos não deve pautar-se em abstrações linguísticas, mas na língua real da comunidade em direção à formalidade, sobretudo no EF. Os exemplos apresentados atentam para problemas do contexto histórico atual, mas como a língua é uma construção em movimento poderá apresentar futuramente outras variantes no PB, bem como expressões que fazemos uso em dado momento poderão cair em desuso.



Os estudos linguísticos recentes argumentam a favor de uma abordagem linguística contextualizada e capaz de conciliar o que é ensinado às práticas usuais da língua (NEVES, 2003; BORTONI-RICARDO, 2014; ANTUNES, 2014). Entretanto, quando o assunto é ensino de gramática, é comum situações em que não sabemos as razões de aprendermos determinados conteúdos da maneira que aprendemos. Por isso, acreditamos que o grande desafio para os professores de LP é criar situações de ensino que contribuam para o uso eficiente da língua, mas se continuarmos a ensiná-la de modo figurado fica cada vez mais longe obter tal progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de ensino, uma prática institucionalizada, está organizada em torno de orientações metodológicas tendo em vista os objetivos que se pretende alcançar. Especificamente, o ensino de gramática é ministrado desde os anos iniciais do Ensino Fundamental e se estende durante todo decurso escolar com o objetivo de desenvolver a boa arte da leitura e escrita.

Nesse trabalho, inicialmente problematizamos acerca das limitações normativas que compreendem a categoria verbo no contexto do Português brasileiro bem como, a insuficiência de limitar-se aos aspectos normativos abordados dos manuais de gramática que são preservados tal qual nos livros didáticos e que são transpostas nas diversificadas situações de ensino.

Com isso, não se quer dizer que sistematizar a categoria verbo seja algo ultrapassado ou que se pode pensar o verbo a partir, apenas, de tendências renovadas. O que almejamos nessa discussão é potencializar a capacidade de observação, reflexão e analítica dos alunos e uma compreensão acerca da estruturação e funcionamento da língua materna.

Outra contribuição desse estudo é o reconhecimento da categoria como um recurso constituinte do nosso repertório linguístico que excede a definição/conceito postos pela GT bem como, trata da indispensabilidade de ter um tratamento pedagógico em sua dinamicidade aplicada da língua compreendendo suas funções semânticas, sintática e pragmática num processo de sistematização considerando a historicidade do Português brasileiro.

Sabe-se que o livro didático de Língua Portuguesa é o material mais próximo dos professores de linguagem e que integra as atividades didáticas que facilitam seu trabalho pedagógico e gramaticalmente falando (verbo), a conceptualização do verbo e sua sistematização segundo princípios do PTG.

Diante das considerações teóricas acerca da compreensão de língua tanto como estrutura como instrumento de interação (ANTUNES, 2003; TRAVAGLIA, 2009), surge uma abordagem gramatical que compreenda esses aspectos num processo de sistematização significativo.

Em síntese, os professores de Língua Portuguesa lidam com críticas direcionadas ao ensino de gramática orientado pelos paradigmas tradicionais de gramática (VIEIRA, 2018), o que os leva a repensar seus fazeres pedagógicos e a partir dessa práxis (re)construindo e ampliando os conceitos instituídos a partir de um novo ordenamento



das ocorrências linguísticas tornando a gramática parte constitutiva da língua materna e assim sendo, construir critérios nocionais mais coesos à funcionalidade do verbo.

Por fim, reconhecemos as limitações nocionais postas pela GT e reiteramos a indispensabilidade de repensar, junto aos alunos, os conceitos instituídos. Desse modo, (CASADO E RAFAEL, 2019) evidenciam que não é uma iniciativa tão simples para os professores (re)considerar suas certezas metodológicas, mas que hoje há uma preocupação maior no processo de sistematização das produções linguísticas que compreende tanto com os aspectos semânticos quanto os morfológicos e discursivos-pragmáticos (CÂMARA JR., 2001).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Assumindo a dimensão interacional da linguagem. *In*: ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

AZEREDO, J. C. O tempo do verbo e a lição dos velhos gramáticos. *In*: ANDRÉ, C. **Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BAGNO, Marcos. No princípio era o verbo. *In*: BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BECHARA, Evanildo. Verbo. *In*: BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES NETO, J. **Ensaio de filologia da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 31- 49.

BORGES NETO, J. **Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura?** *Todas as Letras*, vol.14, n.1, 2012. São Paulo: Mackenzie, p. 87-98.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris [*et al.*]. **Por que a escola não ensina gramática assim?** 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

CÂMARA JR. **Estrutura da língua portuguesa**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 77-80.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Verbo. *In*: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Breve Gramática do português contemporâneo**. Lisboa: Joao Sa de Costa, 2006[1984]. cap. 13. Disponível em: https://kupdf.net/download/celso-cunha-breve-gramatica-do-portugues-contemporaneo_598db28fdc0d60157e300d1b_pdf.



FERRAREZI JUNIOR, Celso. **O estudo dos verbos na educação básica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FRANCHI, Carlos. Criatividade e gramática. *In*: NEGRÃO, E.V.; MÜLLER, A. L. (Orgs.). **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 34-101.

FRANCHI, Carlos. Mas o que é mesmo “gramática”? *In*: NEGRÃO, E.V.; MÜLLER, A. L. (Orgs.) **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 11-33.

FREITAS, V. A de L. SOUSA, M. A. F. de. Verbos impessoais: variação no uso de haver, ter e fazer. *In*: Stella M. Bortoni-Ricardo [*et al.*]. **Por que a escola não ensina gramática assim?** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Maria Helena da Moura. **Funcionalismo e linguística do texto**. Revista do GEL, São Paulo, v 1, n. 1. p. 71-89, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional**: história crítica. 1. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2018.

VITRAL, Lorenzo. **Ensino de gramática na contemporaneidade**. Work. Pap. Linguíst. 18(2) 239-257, Florianópolis, ago./dez., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2017v18n2p239>.